

O paradigma da notícia como construção social

Carlos Alexandre de Carvalho Moreno*

RESUMO

No contexto da Teoria do Jornalismo, este trabalho procura mapear duas perspectivas que adotam o paradigma da notícia como construção social: a estruturalista e a “etnoconstrucionista”. A partir do estudo do campo jornalístico em termos funcionais e ideológicos, o que se pretende é evidenciar a responsabilidade social do profissional da informação.

Palavras-chave: jornalismo; Teoria do Jornalismo; meios de comunicação de massa.

SUMMARY

In the context of the theory of journalism, this work tries to map two perspectives that adopt the paradigm of the news as social construction: the structuralism and the “etnoconstrucionista”. Starting from the study of the journalistic field in functional and ideological terms, which we intend to show the social responsibility of the information’s professional.

Key-words: journalism; journalism theory; broadcastings.

RESUMEN

En el contexto de la teoría del periodismo, este trabajo busca identificar las dos perspectivas que adoptan el paradigma de la noticia como construcción social: la estructuralista y la etnoconstrucionista. A partir del estudio del campo periodístico en términos funcionales y ideológicos, lo que se busca es evidenciar la responsabilidad social del profesional de la información.

Palabras claves: periodismo; teoría del Periodismo; medios de comunicación de masas.

Uma teoria, à semelhança de um microscópio, permite um aumento da percepção, a possibilidade de que sejam notadas coisas que são invisíveis “a olho nu”. O campo jornalístico, mesmo nos livros didáticos, é geralmente abordado em termos técnicos. Mas uma teoria do jornalismo pode redimensionar a compreensão que profissionais, professores e estudantes têm do ofício que exercem ou para o qual se preparam. Neste texto, o objetivo é mapear um dentre os vários setores da pesquisa científica do jornalismo – cuja função é, certamente, enriquecer a formação universitária dos que trabalham com o processamento e a difusão de conteúdos informativos.

Nelson Traquina, em *Teoria das notícias: o estudo do jornalismo no século XX*, aponta que, no contexto do “surto da investigação acadêmica sobre o jornalismo a partir dos anos 60 e 70”, surgem duas teorias que passam a partilhar um novo paradigma: o da notícia como construção social. Estas teorias – a estruturalista e a etnoconstrucionista –, embora divergentes em alguns pontos importantes são, para Traquina, “sobretudo complementares”. (2001, p. 85) Aqui serão brevemente apresentadas as duas teorias e, em seguida, abordados três pontos de convergência entre elas: a rejeição da chamada teoria do espelho; a noção de notícias como resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais e a importância da cultura jornalística.

A teoria estruturalista

A teoria estruturalista é definida, por Nelson Traquina, como uma teoria macrossociológica que sublinha,

enfaticamente – em grande parte devido à sua herança marxista –, o papel dos meios de comunicação de massa na reprodução da “ideologia dominante”. (2001, p. 88) A corrente estruturalista valoriza uma perspectiva culturalista, ou seja, dá ênfase ao papel da cultura no próprio momento de construção da notícia. (2001, p. 89) Um de seus principais proponentes, Stuart Hall, integra justamente a escola culturalista britânica.

A teoria dos *cultural studies* esboça-se na Inglaterra, em torno do *Center for Contemporary Studies* de Birmingham. Segundo tal teoria, a atenção quanto às estruturas sociais e ao contexto histórico seria fator essencial para a compreensão da ação dos meios de comunicação de massa. (Wolf, 1995, p. 96) Com o objetivo de revelar a especificidade da abordagem da escola culturalista, Hall explica que “cultura não é uma prática nem é simplesmente a descrição dos hábitos e costumes de uma sociedade. Passa por todas as práticas sociais e é a soma das suas inter-relações”. (Wolf, 1995)

Quanto ao jornalismo, os teóricos estruturalistas recusariam a noção de que os meios de comunicação de massa apenas relatam – e de forma transparente – acontecimentos que são, por si só, naturalmente noticiáveis. Ao contrário, as notícias seriam o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção “sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”. (Hall *et alii*, 1993, p. 224)

A teoria estruturalista busca explicitar a adequação entre as idéias dominantes e as ideologias e práticas dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, julga que, nas mais rotineiras estruturas de produção de notícias, os meios de comunicação de massa reproduzem, em última instância, as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista,

ao seu serviço. (Hall *et alii*, 1993, p. 228) Isso é explicado graças à distinção entre definidores primários e secundários: “Os media, então, não se limitam a ‘criar’ as notícias; nem se limitam a transmitir a ideologia da ‘classe dirigente’ num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os media não são freqüentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos media como ‘fontes acreditadas’. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os media colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers*.”

É esta relação estruturada – entre os media e as suas fontes ‘poderosas’ – que começa a esclarecer a questão negligenciada do papel ideológico dos media (...) Os que governam, governam também através das idéias; deste modo, governam com a aprovação das classes subordinadas, e não principalmente através da sua manifesta coerção”. (Hall *et alii*, 1993, p.230)

A teoria etnoconstrucionista

A teoria etnoconstrucionista argumenta, de acordo com Nelson Traquina, que os jornalistas vivem sob a tirania do fator tempo. O trabalho jornalístico é, então, definido como uma atividade prática e cotidiana, orientada para cumprir as horas de fechamento da edição. (2001, p.95)

Assim, as empresas do campo jornalístico são obrigadas, estrategicamente – segundo a socióloga norte-americana Gaye Tuchman –, a impor ordem no espaço e no tempo para lidar com o desafio colocado pela dupla natureza dos acontecimentos, a matéria-prima preponderante do seu trabalho. Eles podem surgir em qualquer parte e a qualquer momento. (Traquina, 2001)

Para impor ordem no espaço, as organizações jornalísticas utilizariam três estratégias: a territorialidade geográfica (divisão do mundo em áreas de responsabilidade), a especialização organizacional (estabelecimento de “sentinelas” nas organizações consideradas mais importantes quanto à “noticiabilidade”) e a especialização em termos de temas (auto-divisão por seções). Essa rede noticiosa, entretanto, pode vir a ter grandes buracos, principalmente no que diz respeito às comunidades periféricas. Estas, em termos nacionais ou internacionais, só costumam receber cobertura noticiosa quando há algum tipo de desordem – natural (por exemplo, enchentes), tecnológica (por exemplo, acidentes), social (por exemplo, distúrbios) ou moral (por exemplo, crimes) – ou quando servem de palco para deslocamentos das autoridades institucionais. (Traquina, 2001, p. 96)

Segundo Traquina, a imposição da ordem no tempo, por parte das empresas jornalísticas, é o que lhes permite levar a cabo seu trabalho diário. Mas, evidentemente, a rede noticiosa estabelecida pelas organizações tem, também, lapsos temporais. Isso ocorreria, principalmente, pela expectativa geral de que os acontecimentos de maior valor quanto à noticiabilidade se concentrem durante as horas normais de trabalho, quando a maioria dos jornalistas da empresa está disponível para a cobertura noticiosa, o que nem sempre corresponde à realidade dos fatos. (Traquina, 2001, p. 97) De qualquer forma, “a empresa jornalística tenta planejar o futuro através do seu serviço de agenda, que elabora a lista de acontecimentos previstos permitindo assim a organização do próprio trabalho com uma certa antecedência”. (Traquina, 2001)

A rejeição da teoria do espelho

O primeiro ponto de convergência entre as perspectivas estruturalista e etnoconstrucionista

é a recusa da chamada teoria do espelho. Antes de mais nada, para que tal objeção possa ser bem compreendida, cabe apresentar a teoria rejeitada.

A teoria do espelho é a mais antiga tentativa de explicar a natureza das notícias. Ela é oferecida pela própria ideologia dominante no campo jornalístico (pelo menos nos países ocidentais), e argumenta que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. A noção central de tal teoria é a de que “o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam de sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer”. (Traquina, 2001, p. 65)

De acordo com o relato de Traquina, surge, em meados do século XIX, em alguns países mais desenvolvidos, o novo paradigma das notícias como informação. E, com isso, o papel do jornalista passa a ser definido como o do “observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais”. (2001, p.66) Essa concepção, aliás, ainda hoje seria o padrão dominante no campo jornalístico ocidental.

O positivismo reinante no século XIX teria feito com que todo esforço intelectual, tanto na ciência como na filosofia, ambicionasse imitar um novo invento – a máquina fotográfica – que “parecia ser o espelho há muito procurado, capaz de reproduzir o mundo real”. (Traquina, 2001) Daí o nome “teoria do espelho”, dado à primeira explicação tida como científica para a natureza das notícias.

Traquina reconhece que, dificilmente, os membros da tribo jornalística aceitam qualquer ataque à teoria do espelho. Afinal, a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estariam baseadas nas seguintes crenças sociais: as notícias refletem a realidade; os jornalistas são imparciais devido ao respeito das normas profissionais e, portanto, simples mediadores que “repro-

duzem” o acontecimento na notícia. Entretanto, o pesquisador argumenta que a compreensão da precariedade da teoria do espelho em nada prejudica o estatuto do jornalista profissional: “(...) a teoria do espelho – intimamente ligada à própria legitimidade do campo jornalístico – é uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo, e, na maioria dos casos, sem qualquer intuito de pôr em causa a integridade dos seus profissionais”. (Traquina, 2001, p. 68)

As teorias estruturalista e etnoconstrucionista, ao rejeitarem a teoria do espelho, criticariam também o empiricismo ingênuo do jornalista, pois, como explica Traquina, elas tomam as notícias como “o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização”. (2001, p. 85)

A formação das notícias e a interação entre agentes sociais

Para os autores da teoria estruturalista, as notícias são um produto social que também resultaria da própria organização burocrática dos meios de comunicação de massa. Os jornais, empenhados na produção regular de notícias, têm de estabelecer uma estrutura de seleção das muitas ocorrências que poderiam ser divulgadas. Tal estrutura estaria justamente ligada à organização de rotina das empresas jornalísticas no que diz respeito a tipos regulares de áreas noticiosas. No momento da seleção da ocorrência a ser transformada em notícia, os jornalistas ficariam pré-direcionados para a escolha de certos acontecimentos e assuntos em função da organização da sua própria força de trabalho (por exemplo, o fato de atuarem em setores especializados de cobertura, estabelecendo contatos habituais com determinadas fontes institucionais) e a estrutura dos jornais, que

distribuem as matérias por seções previamente estabelecidas – como internacional, política, esporte etc. (Hall *et alii*, 1993, p. 224)

Para melhor situar o processo de produção das notícias em tipos específicos ou categorias, devido à organização burocrática dos meios de comunicação de massa, é certamente relevante abordar, de acordo com Adriano Duarte Rodrigues, a própria constituição do acontecimento jornalístico: “É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for sua realização (...), quanto menos previsível for, mais probabilidade tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico. É por isso que se diz, gracejando, que um cão que morde um homem não é um fato jornalístico, mas se um homem morder um cão, então, estamos perante um fato susceptível de se tornar notícia. O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. Neste sentido, faz parte de um conjunto relativamente restrito que pertence a um universo muito vasto. Todos os fatos regidos por causalidades facilmente determináveis ficam fora do seu alcance, ao passo que o acontecimento jornalístico irrompe sem nexo aparente nem causa conhecida e é, por isso, notável, digno de ser registrado na memória”. (Rodrigues, 1993, p. 29)

A configuração do acontecimento jornalístico é fundamental, também, para o esforço da teoria etnoconstrucionista em compreender o processo

de produção das notícias. Este, como explica Traquina, supõe, nesse campo teórico, a interação de diversos agentes sociais, que exercem papel ativo numa negociação constante. (2001, p.99) Citando os pesquisadores Molotch e Lester, ele faz referência a um dinâmico e complexo jogo noticioso, em que alguns dos participantes são caracterizados justamente por sua ligação com o acontecimento. A organização do trabalho jornalístico, portanto, permitira a identificação de três categorias de jogadores: os promotores de notícia, os *news assemblers* (os jornalistas) e os consumidores de notícias.

É para o primeiro grupo de participantes do jogo noticioso – os promotores de notícia (*promoters*) – que a relação com o acontecimento seria definidora. Haveria, então, dois tipos de *promoters*: os executores e os informadores. O executor seria aquele que faz ou participa do acontecimento. Já o informador seria quem, embora não tendo participado do acontecimento, assume o papel de informar os meios noticiosos sobre a sua existência.

Assim como Adriano Duarte Rodrigues, Molotch e Lester também marcam a diferença entre a mera ocorrência e o acontecimento propriamente dito. Este é definido como “ocorrências que são criativamente utilizadas na demarcação do tempo”. (Molotch; Lester, 1993, p. 35) Sobre a importância do parecer dos pesquisadores etnoconstrucionistas – de que nem todas as ocorrências são acontecimentos –, Traquina comenta o seguinte: “A distinção é vital porque sublinha o papel estratégico do campo jornalístico no funcionamento das sociedades modernas e na comunicação política. A constituição de um acontecimento, ou de uma questão em notícia, significa dar existência pública a esse acontecimento ou a essa questão, de constituí-los como recursos de discussão”. (2001, p. 100)

Ainda de acordo com tal distinção, os teóricos etnoconstrucionistas apontam que as

diferentes utilizações para as ocorrências revelam a existência de diferentes necessidades de acontecimentos (*event needs*) por parte dos vários agentes sociais. Assim, nas sociedades caracterizadas pelos meios de comunicação de massa, o campo jornalístico constituiria um alvo prioritário para a ação de diversos agentes sociais, sobretudo dos profissionais da área política, cujo objetivo principal seria fazer convergir as suas necessidades de acontecimentos com as dos jornalistas. (Traquina, 2001, p. 101)

Segundo Molotch e Lester, a construção do acontecimento como notícia dependeria, também, do acesso que os promotores têm aos meios noticiosos. Os teóricos mencionam três tipos de acessibilidade: “a) aqueles em que os promotores dos acontecimento têm acesso habitual aos *news assemblers*; b) aqueles em que os promotores do acontecimento procuram perturbar o acesso de rotina dos outros aos *news assemblers* com o intuito de criarem acontecimentos próprios; e c) aqueles em que o acesso é conseguido pelo fato de os promotores e os *news assemblers* serem os mesmos”. (1993, p. 43)

O primeiro tipo é chamado de acesso habitual porque ocorreria quando um indivíduo ou grupo está tão próximo dos meios noticiosos que as suas próprias necessidades de acontecimentos normalmente coincidem com as atividades dos profissionais do campo jornalístico. Por exemplo, parte-se do princípio de que o Presidente da República sempre diz coisas importantes, daí o uso constante de suas declarações nos jornais e revistas. O segundo tipo é chamado, por Molotch e Lester, de acesso disruptivo: “Aqueles que necessitam de acesso habitual à produção de acontecimentos e que querem contribuir para a experiência pública contam geralmente com a disrupção. Eles têm de ‘fazer notícias’, entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de

produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de ‘agitação’. Assim, os pouco poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos. Em casos extremos, reúnem-se multidões num local inadequado para intervir no plano diário de ocorrências e acontecimentos. Essas atividades constituem, de certa forma, acontecimentos ‘anti-rotina’. Esta óbvia disrupção da atividade normal e a sua ameaça ao mundo social estimula a cobertura dos meios de comunicação social de massa. (Molotch; Lester, 1993, p. 45)

O terceiro tipo de acesso seria o direto. A idéia é que algumas matérias sejam geradas pelos próprios jornalistas. Eles tomam a iniciativa de investir em determinadas investigações, a partir da percepção de que certo aspecto de uma ocorrência qualquer pode vir a ser transformado em notícia. Um exemplo estaria na identificação de um modismo a partir do comportamento de um determinado grupo social. Isso motivaria uma sondagem, cujo resultado seria uma matéria. Nesse caso, o próprio jornalista cria a ocorrência ao identificar o tal modismo, sendo ao mesmo tempo promotor do acontecimento e *news assembler*.

De acordo com os teóricos etnoconstrucionistas, a reflexão sobre o acesso dos promotores aos meios de comunicação de massa levaria à conclusão de que a produção de notícias só pode ser entendida no contexto da economia política da sociedade dentro da qual ela ocorre. (Traquina, 2001, p. 112) Ou seja, se o presidente de uma nação tem enorme acesso ao campo jornalístico, outros agentes sociais, como indica Traquina, são tratados de modo bem diferente pelos meios de comunicação social: “Os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver os seus acontecimentos transformados em notícia. Se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional

aos modos das organizações estabelecidas”. (Traquina, 2001)

As diferenças de acessibilidade aos meios de comunicação de massa constituem, portanto, um bom indicador de que as notícias são resultado de um complexo processo de interação social. Até aqui, foi destacada, nesse processo, a relação entre promotores de acontecimentos e o campo jornalístico. Agora chega a hora de explorar a interação que se estabelece dentro da própria tribo dos profissionais da notícia. Afinal, é a troca de saberes e experiências entre os jornalistas que tantas vezes passa a representar o elemento decisivo na construção da notícia. Dentro do campo jornalístico, costuma ocorrer uma avaliação – ainda que informal – da produção noticiosa, quando os veículos concorrentes são consultados ou, numa experiência mais recente, no caso brasileiro, pelo trabalho analítico do *ombudsman*.

A importância da cultura jornalística

Os componentes do campo jornalístico possuem, evidentemente, uma cultura profissional própria. Segundo Traquina, o jornalista, por atuar em organizações que funcionam dentro de um ciclo estruturado em função de marcos temporais, reconhece que o verdadeiro teste de sua competência profissional reside na capacidade “de deixar de ser vitimado pela cadência frenética imposta pelas horas de fecho e passar a controlar o tempo”. (Traquina, 2001) Ainda a respeito do trabalho do jornalista, Traquina esclarece: “À sua maneira de viver o tempo ilustra um dos elementos mais distintivos da comunidade jornalística. Outra expressão crucial da cultura jornalística é a sua maneira própria de ver o mundo. Devido ao papel dos valores-notícia, isto é, os critérios de noticiabilidade que orientam o processo de produção das notícias, gera-se um *group think*, a partilha de ‘hábitos mentais’ que criam fenômenos bem documentados de jornalismo de matilha (*pack journalism*). A existência de um modo de ver (a estética jornalística)

e de um modo de falar (o jornalês) e de um modo de agir (a epistemologia jornalística) estabelece um elo de ligação bastante forte entre os membros da tribo jornalística”. (2001, p. 121)

O papel dos valores-notícia, para os teóricos estruturalistas, é fornecer critérios nas práticas de rotina do jornalismo. A organização e o pessoal de um jornal o direcionariam para certas categorias e itens, dentre os quais ainda existiria o problema de selecionar aqueles que supostamente seriam de interesse para o leitor: “É aqui que a ideologia profissional do que constitui ‘boas notícias’ – o sentido de valor-notícia do jornalista – começa a estruturar o processo”. (Hall *et alii*, 1993, p. 224) Em nível mais geral, isso envolveria uma orientação para itens que são “fora do comum”, para o que de certo modo vai contra as expectativas consideradas normais acerca da vida social – como um terremoto, por exemplo. Essa singularidade seria o valor-notícia primário ou fundamental. Mas haveria outros elementos a serem levados em consideração como valor-notícia: “acontecimentos que se referem a pessoas ou países de elite; acontecimentos que são dramáticos; acontecimentos que podem ser personalizados para essencialmente evidenciar as características de humor humanas, como tristeza, sentimentalismo etc.; acontecimentos que têm conseqüências negativas e acontecimentos que são parte ou podem fazer parte de um assunto noticiável existente”. (Hall *et alii*, 1993) Segundo Stuart Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts, os valores-notícia tendem a funcionar como uma estrutura, já que “embora não estejam escritos em parte alguma, formalmente transmitidos ou codificados, os valores-notícia podem ser largamente partilhados entre os diferentes meios de comunicação e constituem um elemento essencial na socialização profissional, prática e ideologia dos jornalistas”. (1993, p. 225)

Tal como a escola culturalista britânica defende, Gaye Tuchman, representante da perspectiva

etnoconstrucionista, salienta, segundo Traquina, que a “noticiabilidade” é produto de múltiplas negociações e legitima o *status quo* (2001, p. 113) Os grupos sociais que atuam fora do consenso seriam vistos como marginais. E a sua marginalidade seria tanto maior quanto mais se afastassem do social legitimado, “através da afirmação e da demonstração de atos de violência”. Ou seja, “(...) tal como a teoria estruturalista, a teoria construcionista defende que as notícias são um aliado das instituições legitimadas. Devido à necessidade de impor ordem no espaço e no tempo, a estória do jornalismo, no seu funcionamento diário, é descrita como sendo essencialmente estória da interação de jornalistas e fontes oficiais. As fontes provêm sobretudo da estrutura do poder estabelecido e, por isso, as notícias tendem a apoiar o *status quo*”. (Traquina, 2001)

Na cultura jornalística, o cultivo das fontes é considerado um aspecto fundamental. Como lembra Traquina, tal relacionamento é tão importante que, em determinadas sociedades, chega a ser protegido por lei. (2001, p.104) O desenvolvimento da relação com a fonte, “uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações”, é descrito “como um processo habilmente orientado com paciência e capacidade de conversação sobre interesses comuns até formar um clima de confiança. (Traquina, 2001) Entretanto, como as fontes são geralmente interessadas, é preciso estabelecer critérios para avaliar a confiabilidade da informação por elas fornecidas. Nelson Traquina menciona três: a autoridade, a produtividade e a credibilidade. (2001, p.105)

O critério de autoridade é justamente o que faz com que o jornalista prefira se referir a fontes oficiais ou que ocupem posições institucionais. Quanto “mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo”, maior será a confiança nas informações fornecidas. Esse raciocínio hierár-

quico leva Traquina a comentar que “o jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que é do que pelo que sabe”. (2001)

O segundo critério, a produtividade, também resultaria num privilégio dado às fontes institucionais, que, supostamente, forneceriam material suficiente para que a notícia fosse feita, “permitindo que os jornalistas não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obter os dados ou elementos necessários”. (2001, p. 106)

O fator da credibilidade estaria ligado a observações anteriores do jornalista. Ou seja, as pessoas que, em outras ocasiões, forneceram informações que se mostraram verdadeiras tendem a continuar sendo consultadas e acabam se tornando fontes regulares. Mais uma vez, o oficialismo entra em cena: “Devido a esses critérios é fácil compreender que as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras a necessidades organizativas das redações. As fontes oficiais acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e com a rotina. Se a credibilidade da ‘estória’ não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade”. (Traquina, 2001)

A cultura jornalística é também marcada por uma certa noção de profissionalismo. Este corresponderia primeiramente ao conhecimento, pelos repórteres, das formas rotineiras que a empresa jornalística estabelece no sentido de processar diferentes tipos de matérias noticiosas, com o objetivo de tornar o trabalho mais eficaz: “o profissionalismo, visto como método de controle do trabalho, consiste em dominar as técnicas da escrita, mas também no domínio de saber quem contactar e que perguntas fazer, ou seja, possuir o saber de procedimento”. (Traquina, 2001, p. 107)

Além disso, a capacidade profissional implicaria a mobilização do saber de procedimento em tempo útil. Não só ser um conquistador do tempo, mas

também alguém capaz de um certo tipo de sentimento, eis o que corresponderia a ser profissional no campo jornalístico. Diz o sociólogo britânico Philip Schlesinger:

“Ser profissional desta forma não é simplesmente uma questão de preencher certos critérios partilhados de competência. É mais uma questão de sentir certas coisas, de ‘pôr a velha adrenalina a correr’. Os jornalistas têm uma interpretação cultural específica do verdadeiro significado do seu trabalho, na base do qual estão a excitação e o perigo que advêm do fato de depararem com apertados *deadlines*. Tornar-se um controlador, transcendendo por isso o caráter caprichoso, sacrificador, da notícia, eis o que faz o trabalho noticioso tão excitante.

No entanto, a retórica empregada pelos jornalistas na descrição das suas atividades diverge da realidade observada. De um modo geral, a situação de produção está longe de ser caótica, senão a um nível superficial. A sua base racional aponta para o controle e para a previsão, enquanto aqueles que nela trabalham louvam a contingência”. (1993, p. 189)

De qualquer forma, ser “obcecado pelo tempo é ser profissional de uma forma que os jornalistas consideram ser especialmente sua”, sintetiza Traquina. (2001, p.120) O conhecimento que o jornalista profissional deve mobilizar, no tempo adequado, pode ser chamado de vocabulário de precedentes (2001, p. 118), que comportaria a aquisição de três saberes: o de reconhecimento, o já mencionado saber de procedimento e o de narração. O primeiro saber corresponderia à capacidade de reconhecer os acontecimentos que têm valor como notícia. Colocando de outra forma o que foi abordado antes, o saber de procedimento, por sua vez, implicaria “os conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia”. (Traquina, 2001) Já o saber de narração implicaria duas capacidades:

1) a de compilar todas as informações coletadas e “*empacotá-las* numa narrativa noticiosa em tempo útil e de forma interessante”; 2) a de mobilizar a linguagem jornalística, com suas regras estilísticas. (Traquina, 2001, p. 119)

Conclusão

Neste texto, foram recapitulados vários aspectos da convergência entre as teorias que adotam o paradigma da notícia como construção social. Para finalizar esta retomada conceitual, é certamente válido ressaltar as principais divergências entre as perspectivas estruturalista e etnoconstrucionista, até mesmo para permitir uma compreensão mais precisa de seus pontos de contato.

De acordo com Nelson Traquina, para a teoria estruturalista, diferentemente da abordagem etnoconstrucionista, as fontes oficiais seriam encaradas como um bloco uniforme e praticamente não haveria como conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas na relação com elas, no que diz respeito às definições principais. Dessa forma, o campo jornalístico seria visto, sobretudo, como um espaço de reprodução da ideologia dominante. Já a teoria etnoconstrucionista apenas aceitaria que as fontes oficiais detêm vantagens estratégicas e não um papel dominante automático. Assim, seria reconhecido um grau de autonomia maior por parte dos jornalistas.

A segunda grande divergência entre as perspectivas aqui estudadas está ligada à importância dada aos valores-notícia dos membros do campo jornalístico. Para a teoria estruturalista, tais valores teriam papel privilegiado, exercendo justamente função central na reprodução da ideologia dominante, pois apontariam para “noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade que ajudam a marcar as fronteiras entre normal e desvio, entre legítimo e ilegítimo”. (Traquina, 2001, p. 116) A teoria etnoconstrucionista, por sua vez, em lugar de privilegiar a função ideológica dos valores-notícia, destacaria “o papel das práticas profissionais e as rotinas criadas para levar a cabo o processo de produção das notícias”. (Traquina, 2001)

Para além das divergências, contudo, as teorias que adotam o paradigma da notícia como construção social indicam o estatuto do exercício profissional responsável no campo jornalístico contemporâneo. Torna-se cada

vez mais visível o papel ativo que os jornalistas exercem na construção da realidade social. E compreender esse poder resulta certamente na estratégia mais eficaz para prestar um serviço de informação de qualidade superior em termos de utilidade pública.

Bibliografia

- HALL, Stuart, CHRITCHER, Chas, JEFFERSON, Tony *et alii*. A produção social das notícias: o “mugging” nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- MOLOTCH, Harvey, LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2001.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Ed. Presença, 1995.

* Carlos Alexandre de Carvalho Moreno é doutor em Semiologia (UFRJ), professor adjunto do Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro